



Município De Espírito Santo Do Pinhal

Associação Espírita Vicente de Paulo - CNPJ nº 54.228.366/0001-41

Balanço Patrimonial

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais).

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	1.496.740	1.014.078
Contas a receber	(5)	822.013	1.211.708
Outros créditos		96.043	78.979
Estoques	(6)	771.329	221.301
Despesas antecipadas		1.294	1.041
		<u>3.187.419</u>	<u>2.527.107</u>
Não circulante			
Propriedade para investimento	(7)	1.883.579	1.883.579
Outros investimentos		3.611	630
Imobilizado	(8)	6.293.891	6.109.961
		<u>8.181.081</u>	<u>7.994.170</u>
Total do ativo		<u>11.368.500</u>	<u>10.521.277</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		223.165	148.242
Obrigações trabalhistas	(9)	836.967	1.098.834
Impostos e contribuições	(10)	1.103.054	450.280
Financiamentos	(11)	2.433.500	1.965.620
Provisão para contingências	(12)	1.519.913	1.570.545
Outras contas		126.027	247.323
		<u>6.242.626</u>	<u>5.480.844</u>
Não circulante			
Impostos e contribuições	(10)	95.882	318.749
		<u>95.882</u>	<u>318.749</u>
Total do passivo		<u>6.338.508</u>	<u>5.799.593</u>
Patrimônio líquido			
Patrimonial social		1.135.687	2.297.600
Reserva de reavaliação		3.585.997	3.585.997
(Déficit) superávit do exercício		308.308	(1.161.913)
	(13)	<u>5.029.992</u>	<u>4.721.684</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>11.368.500</u>	<u>10.521.277</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais			
Atendimentos a convênios		4.659.789	4.746.964
Doações e contribuições recebidas		993.710	128.314
Subvenções e auxílios governamentais	(22)	7.217.860	5.336.576
Benefícios obtidos de renúncia fiscal	(16)	2.383.810	2.210.830
Outras receitas da atividade		61.888	2.470
	(14)	<u>15.317.057</u>	<u>12.425.154</u>
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	(15)	(8.751.181)	(9.307.309)
Renúncia fiscal (impostos e contribuições)	(16)	(2.383.810)	(2.210.830)
Administrativas e gerais	(17)	(3.352.205)	(2.188.994)
		<u>(14.487.196)</u>	<u>(13.707.133)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas financeiras líquidas	(18)	(610.356)	(644.239)
Outras receitas	(19)	88.803	764.305
		<u>(521.553)</u>	<u>120.066</u>
(Déficit) superávit do exercício	(20)	<u>308.308</u>	<u>(1.161.913)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit / (Déficit) do exercício	<u>308.308</u>	<u>(1.161.913)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>308.308</u>	<u>(1.161.913)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávit ou (Déficit) acumulado	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.380.046	3.585.997	917.554	5.883.597
Incorporação do superávit anterior	917.554	-	(917.554)	-
Déficit do exercício	-	-	(1.161.913)	(1.161.913)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.297.600	3.585.997	(1.161.913)	4.721.684
Incorporação do déficit anterior	(1.161.913)	-	1.161.913	-
Superávit do exercício	-	-	308.308	928.081
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.135.687	3.585.997	308.308	5.029.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	2020	2019
Das atividades operacionais		
Ajuste na reconciliação do déficit do exercício ao caixa líquido:		
Superávit / (Déficit) do exercício	308.308	(1.161.913)
Variação da provisão para contingência	(50.632)	955.612
Depreciação e amortização	98.930	92.413
	<u>356.606</u>	<u>(113.888)</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos operacionais:		
Contas a receber e outros créditos	372.631	31.675
Estoques e despesas do exercício seguinte	(550.281)	(35.003)
	<u>(177.650)</u>	<u>(3.328)</u>
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	74.923	52.248
Obrigações trabalhistas	(261.867)	1.346
Impostos e contribuições	429.907	(444.442)
Demais contas do passivo operacional	(121.296)	6.016
	<u>121.667</u>	<u>(384.832)</u>
Caixa gerado / (consumido) na atividade operacional	<u>300.623</u>	<u>(502.048)</u>
Das atividades investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(282.860)	(4.933)
Aquisição de outros investimentos	(2.981)	(630)
Caixa (consumido) na atividade de investimentos	<u>(285.841)</u>	<u>(5.563)</u>
Das atividades financiamentos		
Aumento ou (baixa) na captação de financiamentos	467.880	520.023
Caixa gerado na atividade de financiamentos	<u>467.880</u>	<u>520.023</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>482.662</u>	<u>12.412</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.014.078	1.001.666
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.496.740	1.014.078
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>482.662</u>	<u>12.412</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Associação Espírita Vicente de Paulo é uma entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos, fundada em 02 de novembro de 1927 e tem como finalidade o estudo teórico e prático do Espiritismo, bem como a prática da caridade material, moral e espiritual.

A Associação Espírita Vicente de Paulo é mantenedora do "Instituto Bezerra de Menezes"

O Instituto Bezerra de Menezes foi fundado em 1955 e atua na área de saúde, compreendido por um hospital psiquiátrico destinado ao tratamento de portadores de distúrbios mentais, nervosos e dependentes químicos, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Utilidade pública federal, estadual e municipal.

A Entidade possui os seguintes títulos de "utilidade pública": Federal (Decreto nº. 70.881 de 27 de julho de 1972), Estadual (Lei: nº. 7.217 de 24 de outubro de 1962) e Municipal (Lei nº. 2.593, de 30 de janeiro de 2001).

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão apresentadas, comparativamente, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, que levam em consideração as interpretações dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial a ITG 2002 (Resolução do CFC nº 1.409/2012).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, com a eliminação de centavos.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os principais itens sujeitos a estimativas e premissas são as provisões para ajustes de ativos ao valor provável de realização, provisões de contingências e de depreciações de bens do ativo.

[6]



3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de forma consistente pela Entidade:

a) Apuração do resultado

Receitas e despesas

Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, reconhecidas pelo regime de competência de exercícios, apresentadas de forma segregada, identificado de acordo com as áreas de saúde e de assistência social em que a Entidade atua.

As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Renúncia Fiscal

A Entidade considera como renúncia fiscal as contribuições não pagas, da quota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre os valores da folha de pagamento e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sobre superávit líquido do exercício. Os valores são calculados e contabilizados como se devido fossem, apresentados como receitas e despesas, específicas, na demonstração do resultado do exercício nas áreas de saúde e assistencial.

Trabalho Voluntário

O trabalho voluntário, quando houver, será quantificado com base na atividade exercida e registrado em contas de resultado. A Administração da Entidade não considera os serviços sem remuneração prestados pela diretoria e conselheiros fiscais, bem como o de cunho religioso no conceito de trabalho voluntário previsto na legislação.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis, inicialmente nas datas de origem. Os ativos financeiros estão registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo, reduzidos por eventual perda do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A Entidade não transaciona com derivativo ou quaisquer outros ativos de risco.



Passivos financeiros não derivativos

Um passivo é reconhecido quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

A Entidade reconhece os passivos financeiros, inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através do cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores, obrigações trabalhistas, financiamentos e impostos e contribuições a recolher.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento ou em recomposição em renegociação dívidas.

Caixa e equivalentes de caixa.

Representam dinheiro em caixa ou equivalentes em bancos, sem restrição para movimentação, as aplicações financeiras efetuadas em instituições financeiras de primeira linha, possuem elevado nível de liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Contas a receber

Representam direitos a receber, ajustados aos valores de realização.

c) Estoques

Estão representados pelo custo de médio de aquisições, que não supera o valor de mercado.

d) Propriedade para investimentos

Corresponde a bem imóvel não de uso pela Entidade, destinado a obtenção de renda.

e) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, de construção e de reavaliação espontânea de imóveis efetuadas até o ano de 2007, deduzido de depreciação acumulada e de perda de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trarão benefícios econômicos para a Entidade, aferidos de maneira confiável. Os gastos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado.



Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, efetuada com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, cujas taxas anuais são as seguintes:

Veículos e equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, com base no risco envolvido, quando provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, de acordo com as estimativas e premissas julgadas pela administração.

g) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes

Passivos contingentes são provisionados quando os riscos de perdas forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem definidos com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

h) Benefícios a empregados

Obrigações a empregados relativos a benefícios de curto prazo são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Dentre os benefícios oferecidos pela Entidade, não há qualquer benefício pós emprego a colaboradores, que possa gerar uma obrigação futura.

i) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro caso uma contraparte ou de instituições



financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática, a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima na data das demonstrações contábeis foi:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	1.496.740	1.014.078
Contas a receber	822.013	1.211.708
Outros créditos	96.043	78.979
	<u>2.414.796</u>	<u>2.304.765</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a sua reputação.

Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade apresentava um ativo circulante de R\$ 3.187.419 (R\$ 2.527.107 em 2019), para um passivo circulante de R\$ 6.242.626 (R\$ 5.480.844 em 2019), o que representa uma liquidez corrente negativa de R\$ 3.055.207 (R\$ 2.953.737, em 2019).

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como, recebíveis e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	8.069	40.026
Contas correntes bancárias	46.092	528.600
Aplicações financeiras	1.442.579	445.452
	<u>1.496.740</u>	<u>1.014.078</u>





5. Contas a receber

Sistêmica Único de Saúde (SUS)		388.316	441.370
Cratod/Convenio Estadual a receber	(a)	433.033	866.066
Outros valores a receber		664	629
(-) Provisão para perdas "Outros Valores"		-	(96.357)
	(b)	<u>822.013</u>	<u>1.211.708</u>

(a) Catrod - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas.

(b) Valores previstos para recebimento em 2021.

6. Estoques

	2020	2019
Drogas e medicamentos	292.684	79.770
Rouparia	202.160	77.076
Materiais de consumo	191.565	16.176
Lavanderia e materiais de limpeza	28.081	19.976
Gêneros alimentícios	56.839	28.303
	<u>771.329</u>	<u>221.301</u>

7. Propriedade para investimento

O valor de R\$ 1.883.579 refere-se a aquisições de terreno e construção efetuadas de 2014 a 2016, avaliados pelo custo de aquisição e de construção, e não supera o seu valor de realização.

8. Imobilizado

	Instituto	Associação	2020	2019
Bens imóveis	5.235.147	421.997	5.657.144	5.657.144
Veículos	104.682	-	104.682	104.682
Computadores e periféricos	136.534	-	136.534	64.534
Móveis e utensílios	1.395.579	487	1.396.066	1.260.626
(a) Custo	<u>6.871.942</u>	<u>422.484</u>	<u>7.294.426</u>	<u>7.086.986</u>
(b) Depreciação acumulada	(1.000.535)	-	(1.000.535)	(977.025)
Valor líquido	<u>5.871.407</u>	<u>422.484</u>	<u>6.293.891</u>	<u>6.109.961</u>

Movimentação em 2020:

	Saldo em 01.01.20	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.20
a) Custo de aquisição				
Imóveis	5.657.144	-	-	5.657.144
Veículos	104.682	-	-	104.682
Equipamentos de informática	64.534	72.000	-	136.534
Móveis e utensílios	1.260.626	210.860	(75.420)	1.396.066
	<u>7.086.986</u>	<u>282.860</u>	<u>(75.420)</u>	<u>7.294.426</u>

[11]



b) Depreciação acumulada

Veículos	104.682	-	-	104.682
Equipamentos de informática	60.122	3.824	-	63.946
Móveis e utensílios	812.221	95.106	(75.420)	831.907
	<u>977.025</u>	<u>98.930</u>	<u>(75.420)</u>	<u>1.000.535</u>

9. Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Salários	-	378.151
Férias e encargos	836.967	720.683
	<u>836.967</u>	<u>1.098.834</u>

10. Impostos e contribuições

	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
INSS	314.394	-	314.394	43.442	-	43.442
FGTS	220.007	-	220.007	57.843	-	57.843
IRRF	287.292	-	287.292	84.726	-	84.726
PIS	40.440	-	40.440	10.481	-	10.481
Outros	5.959	-	5.959	2.972	-	2.972
	<u>868.092</u>	<u>-</u>	<u>868.092</u>	<u>199.464</u>	<u>-</u>	<u>199.464</u>
Parcelamentos:						
INSS	61.792	-	61.792	60.322	65.348	125.670
FGTS	100.842	70.668	171.510	92.644	157.781	250.425
IRRF	62.819	20.352	83.171	76.028	82.519	158.547
PIS	9.509	4.862	14.371	21.822	13.101	34.923
	<u>234.962</u>	<u>95.882</u>	<u>330.844</u>	<u>250.816</u>	<u>318.749</u>	<u>569.565</u>
	<u>1.103.054</u>	<u>95.882</u>	<u>1.198.936</u>	<u>450.280</u>	<u>318.749</u>	<u>769.029</u>

11. Financiamentos

Banco	Vencº	Juros mês	2020	2019
B. Brasil	06/2019	1,68	2.433.236	1.949.395
BND5	11/2019	1,33	-	3.865
Outros			264	12.360
Total			<u>2.433.500</u>	<u>1.965.620</u>



12. Provisões para contingências

A Entidade é parte em processos judiciais de natureza trabalhista. Apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos nas análises das demandas judiciais, a Administração reconhece uma provisão para perdas, com riscos prováveis, estimada em R\$ 1.519.913 (R\$ 1.570.545 em 2019).

A Entidade também está no polo passivo de duas ações trabalhistas, classificadas como de risco possível estimada em R\$ 29.569, (R\$ 10.000 em 2019).

13. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido compreende o patrimônio social inicial integralizado pelos seus instituidores, acrescido dos superávits e diminuído dos déficits anualmente apurados.

14. Receitas da atividade

Áreas: Estabelecimento:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2020	2019
Atendimentos à convênios	4.659.789	-	4.659.789	4.746.964
Sistema Único de Saúde (SUS)	4.659.789	-	4.659.789	4.903.136
Anulação de receitas do SUS.	-	-	-	(156.172)
Receita de contribuições e doações	993.710	-	993.710	128.314
Doações recebidas de pessoas físicas	821.705	-	821.705	58.595
Doações recebidas de Pessoas Jurídicas	81.098	-	81.098	955
Doações em bens e serviços	90.907	-	90.907	68.764
Subvenções e auxílios governamentais	7.217.860	-	7.217.860	5.336.576
Benefícios obtidos de renúncia fiscal	2.383.548	262	2.383.810	2.210.830
COFINS	329.382	262	329.644	299.371
Contribuições Previdenciárias (INSS)	1.973.341	-	1.973.341	1.911.459
Imposto de renda e contrib social s/lucro	80.825	-	80.825	-
Outras receitas da atividade	59.148	2.740	61.888	2.470
Mensalidades de sócios	-	2.740	2.740	2.470
Outras	59.148	-	59.148	-
Total de receitas	15.314.055	3.002	15.317.057	12.425.154



15. Despesas com pessoal

Áreas: Estabelecimento:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2020	2019
Despesas de salários e encargos	8.751.181	-	8.751.181	9.307.309

16. Renúncia fiscal de impostos e contribuições:

	Instituto	Associação	Total	
			2020	2019
Contribuições previdenciárias				
Quota patronal	1.419.670	-	1.419.670	1.374.900
Seguro acidente de trabalho	141.967	-	141.967	137.490
Terceiros	411.704	-	411.704	399.069
	1.973.341	-	1.973.341	1.911.459
Cofins	329.382	262	329.644	299.371
Contribuição social sobre lucro líquido	27.748	-	27.748	-
Imposto de renda da pessoa jurídica.	53.077	-	53.077	-
	2.383.548	262	2.383.810	2.210.830

Valores como renúncia fiscal apurada como se devido fosse reconhecida em contas de resultado, de receita com benefícios obtidos e de despesa de impostos e contribuições.

17. Despesas administrativas e gerais

Áreas: Estabelecimento:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2020	2019
Consumo de materiais	1.959.606	-	1.959.606	1.423.421
Perdas de créditos	411.381	-	411.381	23.760
Despesas gerais	626.168	1.438	627.606	576.362
Conservação e manutenção	204.836	-	204.836	70.651
Despesas tributárias	11.846	-	11.846	2.387
Doações	-	38.000	38.000	-
Depreciação e amortização	98.930	-	98.930	92.413
	3.312.767	39.438	3.352.205	2.188.994



18. Despesas financeiras líquidas

Áreas:	Saúde	Assistencial	Total	
			2020	2019
Estabelecimento:	Instituto	Associação		
Despesas financeiras	646.543	-	646.543	689.513
Receitas financeiras	(36.187)	-	(36.187)	(45.274)
	610.356	-	610.356	644.239

19. Outras receitas

Áreas:	Saúde	Assistencial	Total	
			2020	2019
Estabelecimento:	Instituto	Associação		
Despesas recuperadas	52.285	-	52.285	670.244
Aluguéis	-	6.000	6.000	89.155
Outras receitas	30.518	-	30.518	4.906
	82.803	6.000	88.803	764.305

20. Superávit (déficit) do exercício

Áreas:	Saúde	Assistencial	Total	
			2020	2019
Estabelecimento:	Instituto	Associação		
(Déficit) superávit do exercício	339.006	(30.698)	308.308	(1.161.913)

21. Resumo das contas patrimoniais por área de atuação:

Área	Saúde	Assistencial	Total	
			2020	2019
Estabelecimento	Instituto	Associação		
Ativo				
Circulante	3.184.433	2.986	3.187.419	2.527.107
Não circulante	7.758.597	422.484	8.181.081	7.994.170
	10.943.030	425.470	11.368.500	10.521.277
Passivo				
Circulante	6.242.500	126	6.242.626	5.480.844
Não circulante	95.882	-	95.882	318.749
	6.338.382	126	6.338.508	5.799.593
Patrimônio Líquido	4.604.648	425.344	5.029.992	4.721.684



22. Auxílios e subvenções governamentais

A Entidade reconheceu no exercício dos governos: federal, estadual e municipal (Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal), auxílios e subvenções de R\$ 7.217.859,93, para custeio sem restrição, assim distribuídos:

a) Convênios:

Fonte	R\$	Detalhes
- Estadual	5.218.047,65	Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - Convênio 0760/2020, sendo: R\$ 5.196.396,00 (janeiro a dezembro-2020, mais R\$ 21.651,65 complemento de dezembro-2019.
	1.612.812,28	Termo aditivo 001/2020 Convênio 258/2016 SP DOC N° 1893624/2018 Portaria GM/MS N° 1448/220 - Resolução SS N° 83 Covid.19.

b) Termo de colaboração:

- Municipal	87.000,00	Termo de Colaboração 10/2020 - Processo administrativo 3091/2020.
	300.000,00	Termo de Colaboração 10/2020 - Lei Municipal 4.767 de 28-12-2020.
	<u>387.000,00</u>	Subtotal
	<u>7.217.859,93</u>	Total

As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

10. Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.

23. Atividades assistenciais

A Entidade exerce atividade preponderante na área de saúde e atividade singular de assistência social.

a) Atividade preponderante

Atua na promoção, prevenção e atenção à saúde através do Instituto Bezerra de Menezes (filial) mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e comprova o cumprimento do percentual mínimo de 60% através dos registros da totalidade das internações efetuadas no Sistema de Comunicação de Internação Hospitalar. Resumo dos atendimentos realizados nos exercícios de 2020 e 2019:



	2020		2019	
	Nº de Internações	%	Nº de Internações	%
Número de pacientes no início do exercício	188		203	
Internações	627		1.089	
Baixas por altas				
Melhorada	526	81,61	901	81,61
Abandono de tratamento	95	12,86	142	12,86
Transferência para outras entidades	24	3,71	41	3,71
Óbitos	3	0,36	4	0,36
Alta administrativa	1	0,72	8	0,72
Evasão	3	0,45	5	0,45
Outros motivos	4	0,27	3	0,27
	656	100,0	1.104	100,0
Número de pacientes no final do exercício	159		188	
Internação/dia no exercício.	59.694		76.149	

b) Atividade singular

As atividades de assistência social, classificadas como singular é desenvolvida através da Associação Espírita "Vicente de Paulo", compreendida, conforme sua essência, pelos estudos espirituais, reuniões mediúnicas e evangelizações oferecidas gratuitamente ao público em geral.

Os serviços de evangelização são estendidos, especialmente, aos pacientes do Instituto Bezerra de Menezes, estimulando atividades básicas de vida diária, como higiene corporal, alimentação e vestuário, interação social entre equipe, comunidade e atendimento psicológico.

24. Cobertura de seguros

A Entidade não possui seguro para cobrir sinistros de qualquer natureza.

Célia Luzia Honorato Cavalheri
-Presidente-

Mauro Angelini
TC/ CRC 1 Sp 224.977-O-0



Município De Espírito Santo Do Pinhal

Associação Espírita Vicente de Paulo - CNPJ nº 54.228.366/0001-41

Balanco Patrimonial



Relatório dos auditores independentes
Associação Espírita Vicente de Paulo (AEVP)
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da
ASSOCIAÇÃO ESPIRITA VICENTE DE PAULO
Espírito Santo do Pinhal – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da “Associação Espírita Vicente de Paulo” (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no Parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Reponsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

As ressalvas a seguir descritas são em relação ao ativo imobilizado.

(i) A Entidade não adota como procedimento a realização de um levantamento físico do seu ativo imobilizado para posterior conciliação com os itens do módulo de controle patrimonial e os saldos apresentados pela contabilidade. Consequentemente, não é praticável assegurar da existência efetiva de todos os bens, bem como se as depreciações contabilizadas estão sendo adequadamente apuradas.

(ii) O saldo contábil da conta de Imóveis não apresenta segregado o valor de Terrenos e de Edificações. Assim, em virtude de não haver a identificação do valor de Edificações, não vem sendo contabilizada a respectiva depreciação, não sendo praticável, apurar qual é o valor correspondente, bem como da eventual provisão a título de “impairment”.



*Relatório dos auditores independentes
Associação Espírita Vicente de Paulo (AEVP)
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020*

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



*Relatório dos auditores independentes
Associação Espírita Vicente de Paulo (AEVP)
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020*

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021.



CRC. 2SP024410/O-5

Manoel Messias de Oliveira Bastos
CRC. 1SP123.790/O-3



Município De Espírito Santo Do Pinhal

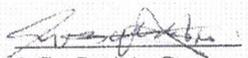
Associação Espírita Vicente de Paulo - CNPJ nº 54.228.366/0001-41

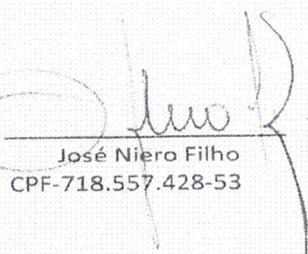
Balanco Patrimonial

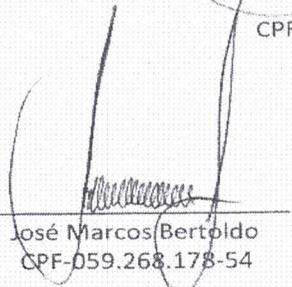
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados em cumprimento às disposições estatutárias procederam os exames do Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 2020, bem como a comprovação de seu conteúdo, tendo aprovado o mesmo.

Espírito Santo do Pinhal, 06 de Abril de 2021.


João Batista Rozon
CPF-718.623.158.68


José Niero Filho
CPF-718.557.428-53


José Marcos Bertoldo
CPF-059.268.178-54